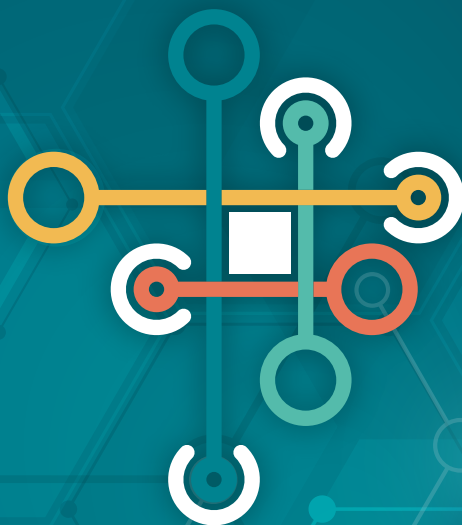


# Ateliê de Inovação

## Relatório de Atividades

2021 | 2022



**TJPR**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DO PARANÁ



Presidente

**Desembargador José Laurindo de Souza Netto**

1º Vice-Presidente

**Desembargador Luiz Osório Moraes Panza**

2ª Vice-Presidente

**Desembargadora Joeci Machado Camargo**

Corregedor-Geral da Justiça

**Desembargador Luiz Cezar Nicolau**

Corregedor de Justiça

**Desembargador Espedito Reis do Amaral**

Supervisor do Ateliê de Inovação

**Desembargador Naor Ribeiro de Macedo Neto**

Juiz Auxiliar da Presidência e  
Coordenador do Ateliê de Inovação

**Dr. Anderson Ricardo Fogaça**

Juiz Auxiliar da Presidência e  
Coordenador do Laboratório de Inovação

**Dr. Eduardo Bueno Fagundes Junior**

Juíza Auxiliar da Presidência e  
Coordenadora do Laboratório de Inovação

**Dra. Fabiane Pieruccini**



## Equipe

**Leonardo de Andrade Ferraz Fogaça**

**Maria Anita dos Anjos**

**Gianna Maria Cruz Bove Pereira**

**Luiz Fernando Demeterco**

**Jonathan Serpa Sá**

**Alan Roman Ros**

**Andre Luiz Chastalo Rauen**

**Fernanda Oliveira de Queiroz**

**Ebio Luiz Ribeiro Machado**

**Leticia Coelho de Sellos**

**Sibele Heil dos Santos**

**João Paulo Porto Franco de Queiroz**

## Estagiários

**Victor Oliveira Puchalski**

**Raphael Garcia Narciso**

**Bernardo Iwersen Miguel**

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>1 - OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>8</b>
<b>2 - CENTRAL DE MEDIDAS SOCIALMENTE ÚTEIS (CEMSU) .....</b>	<b>10</b>
<b>3 - ROLÊ CÍVICO .....</b>	<b>12</b>
<b>4 - USO DE METODOLOGIAS ÁGEIS PARA A PROTOTIPAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL VISANDO A IDENTIFICAÇÃO DE SIMILARIDADE ENTRE DOCUMENTOS .....</b>	<b>14</b>
<b>5 - PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - PREPARAR .....</b>	<b>15</b>
<b>6 - USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA MAPEAMENTO DE QUESTÕES PRÉVIAS PARA AUXÍLIO NA CONSTRUÇÃO DE MINUTAS ....</b>	<b>17</b>
<b>7 - IMPLANTAÇÃO DO BOSQUE DA JUSTIÇA CIDADÃ NOS FÓRUNS DO ESTADO DO PARANÁ .....</b>	<b>18</b>
<b>8 - SMART JUSTICE: INTEGRAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL COM AS CIDADES INTELIGENTES .....</b>	<b>19</b>
<b>9 - PRÊMIO ATITUDE INOVADORA .....</b>	<b>22</b>
<b>10 - ROLÊ AMBIENTAL .....</b>	<b>24</b>

<b>11 - PAINEL DE BUSINESS INTELLIGENCE – B.I. RELATIVO À LOTAÇÃO DE PESSOAL NAS UNIDADES JUDICIÁRIAS DE 1º GRAU.....</b>	<b>26</b>
<b>12 - SDJ - TJPR : SISTEMA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS.....</b>	<b>27</b>
<b>13 - VALORIZAÇÃO DA MAGISTRATURA – OFICINA DE IDEACÃO .....</b>	<b>28</b>
<b>14 - ROLÊ CULTURAL.....</b>	<b>30</b>
<b>15 - PESQUISA - AÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS .....</b>	<b>31</b>
<b>16 - AÇÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL JUDICIAL DE ATENÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.....</b>	<b>32</b>
<b>17 - PROJETO PARANÁ EM AÇÃO.....</b>	<b>33</b>
<b>18 - USO DE METODOLOGIAS ÁGEIS EM PARCERIA COM CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS.....</b>	<b>34</b>
<b>19 - MESA DE DIÁLOGO PARA CONSTRUÇÃO DE SOLUÇÕES.....</b>	<b>35</b>
<b>20 - PROJETO DE ATENÇÃO ÀS VÍTIMAS - JECRIM .....</b>	<b>36</b>
<b>21 - PROJETO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>37</b>
<b>22 - PROSER ITINERANTE PROMOVE ATENDIMENTO MÉDICO E PSICOSSOCIAL EM MARINGÁ .....</b>	<b>38</b>






# INTRODUÇÃO

## Relatório de Atividades



**Ateliê de  
Inovação**



O Ateliê de Inovação, um dos projetos prioritários da gestão do Desembargador José Laurindo Souza Netto - biênio 2021-2022, ao incorporar o Laboratório de Inovação e as Incubadoras Tecnológicas, tornou-se responsável pelo Programa de Gestão da Inovação do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

O Ateliê tem por principal objetivo realizar estudos e pesquisas, criar e desenvolver projetos e programas inovadores, visando ao aprimoramento das atividades judiciais e administrativas do Poder Judiciário do Estado do Paraná, devidamente alinhadas ao plano de gestão e ao planejamento estratégico da instituição, na perspectiva da governança pública.

A sua atuação está voltada ao desenvolvimento de um Tribunal moderno, com serviços céleres e eficientes, trazendo o ser humano para o centro da prestação jurisdicional.

"Inovar é encontrar uma nova forma de resolver um problema, gerando benefício para muitas pessoas e que possa trazer algum tipo de valor para quem inova", segundo o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Laurindo de Souza Netto.

A melhora na qualidade dos serviços públicos oferecidos, observados com a redução dos custos, rapidez no atendimento das demandas, modernização dos serviços e processos de trabalho revisitados e alterados, impacta diretamente e significativamente na vida dos cidadãos.

É essencial que os cidadãos sejam atendidos com rapidez e eficiência, por isso o setor público deve priorizar o aperfeiçoamento dos serviços por meio da tecnologia da informação e comunicação. E pensar em inovar apenas como criar algo novo não é o suficiente para suprir as carências da sociedade. É fundamental usar os recursos tecnológicos e humanos como aliados na melhoria da performance e na redução de custos e do tempo de execução, trazendo resultados demandados por todos aqueles que procuram o Poder Judiciário.

Atuando de maneira analítica e prévia, com abordagens técnicas e com uso de metodologias apropriadas, o Ateliê busca alternativas para solucionar os problemas de forma moderna e inovadora, ao tempo que compartilha conhecimento com as diversas áreas deste Poder.

Desta forma, o Ateliê de Inovação integra a dinâmica do processo de governança, ao auxiliar no aprimoramento da capacidade de gerenciamento, bem como na criação e no desenvolvimento de novas configurações, alternativas e experimentais, de arranjos institucionais ou interinstitucionais visando a geração de valor público.

# 1 - OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS

A criação do Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, decorrente das necessidades de acompanhamento específico de questões estratégicas, envolvendo a temática de Direitos Humanos sobretudo no que se refere à democratização do acesso à justiça, ao combate da violência institucional, às garantias dos direitos dos jurisdicionados e à proteção de pessoas em situação de risco. Para tanto, a interação do Poder Judiciário com outros órgãos, entidades e organizações, de caráter nacional ou internacional, é crucial a fim de desenvolver boas práticas e o aperfeiçoamento das políticas, dos projetos, das diretrizes e das atividades destinadas à tutela dos direitos humanos e fundamentais. A garantia dos direitos fundamentais integra os Macrodesafios do Poder Judiciário, que compõem a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026, aplicável ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

O Observatório foi instituído pela Resolução OE-TJPR nº 287/2021 sendo composto por magistrados de 1º e 2º grau de jurisdição, representantes de associações de classe de magistrados e do sindicato de servidores, além da Defensoria Pública do Estado do Paraná, do Ministério Público do Estado do Paraná, Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná, e da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado, com a possibilidade de inclusão, pela Presidência deste Tribunal, de representantes de outros entes públicos, organizações internacionais, de organizações da sociedade civil de interesse público ou de fundações vinculadas aos direitos humanos e de instituições de ensino superior.

## **Os objetivo(s) do Observatório são :**

I - promover a articulação do Poder Judiciário do Estado do Paraná com instituições nacionais ou internacionais que atuem na defesa dos direitos humanos, bem como parcerias para o intercâmbio de informações, de dados, de documentos ou de experiências;

II - subsidiar a atuação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná na formulação de políticas, projetos e diretrizes destinados à tutela dos direitos humanos;

III - executar iniciativas e projetos relacionados à temática de direitos humanos;

IV - elaborar estudos e pareceres sobre demandas que envolvam questões estratégicas de direitos humanos;

V - propor a celebração de acordos de cooperação afetos ao seu escopo de



atribuições;

VI - organizar publicações referentes à atuação do Poder Judiciário do Estado do Paraná na defesa dos direitos humanos, bem como promover seminários, audiências públicas ou outros eventos concernentes a essa área temática; e

VII - propor ao Presidente do Tribunal de Justiça medidas que considere pertinentes e adequadas ao aprimoramento da tutela dos direitos humanos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná, inclusive quanto aos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU.

Foram realizadas parcerias para viabilizar o cumprimento dos objetivos do Observatório, entre o Tribunal de Justiça do Paraná e Assembleia Legislativa do Estado; Ministério Público do Estado do Paraná; Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, do Estado do Paraná; Defensoria Pública do Estado do Paraná; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Seção Paraná; Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e Associação dos Magistrados.

### Informações adicionais:

<https://bit.ly/3ABn0NU>

### O Princípio do Pacto Global relacionado ao projeto:



Respeitar e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência.

### Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com o projeto:



## 2 - CENTRAL DE MEDIDAS SOCIALMENTE ÚTEIS (CEMSU)

A Central de Medidas Socialmente Úteis (CEMSU) tem como principal atribuição ser uma unidade gestora de alternativas penais, que oferece subsídio às unidades da justiça criminal, no intuito de substituir a pena restritiva de liberdade por medidas socialmente úteis, muito mais produtivas à sociedade.

O objetivo do projeto é de fortalecer o sistema de aplicação de medidas socialmente úteis com enfoque restaurativo em substituição à mera aplicação de prestação pecuniária e multa e de privação de liberdade. Busca-se oferecer, assim, um contraponto ao círculo vicioso de banalização da aplicação de penas pecuniárias- no caso das infrações de menor potencial ofensivo -, destituídas de efeitos restaurativos e terapêuticos, e resgatar o caráter socialmente útil das prestações sociais, em especial da prestação de serviços à comunidade

O projeto resgata o caráter terapêutico e restaurativo das penas e medidas alternativas e oferece melhores perspectivas de (re)integração social, responsabilização dos autores de fatos criminosos, redução efetiva das taxas de reincidência, participação do ofendido no processo de aplicação das medidas e maior participação de outros atores na implementação do sistema (Poder Executivo, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho da Comunidade, Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal etc).

E uma das principais características da CEMSU é sua composição multidisciplinar nas áreas de Psicologia, Direito e Serviço Social, com foco no atendimento à população em situação de vulnerabilidade social.

Em razão de tal característica, a CEMSU pôde absorver o que veio a ser chamado de Serviço de Atendimento à Pessoa Custódia (APEC), proposto pelo CNJ, por meio do Programa Fazendo Justiça. A equipe inclusive colaborou com o delineamento do serviço, e foi uma das pioneiras em sua implementação.

O serviço, dentre outros objetivos, tem o escopo de, desenvolvendo novas tecnologias sociais, acessar pessoas em situação de vulnerabilidade, compreendendo as demandas individuais e construindo redes e fluxos intersetoriais capazes de suprir necessidades para a reinserção social.

As ações da CEMSU norteiam-se por quatro eixos: a) valorização das Medidas Socialmente Úteis como Substitutivos Penais; b) ampliação e Qualificação da Rede de Serviços, com a participação de uma equipe multidisciplinar no processo de definição da medida socialmente útil mais adequada ao caso; c) controle e

Participação Social; d) gestão da Informação e Produção de Indicadores através de ferramentas tecnológicas.

Assim, a política institucional do Poder Judiciário na valorização e ampliação e qualificação da rede de serviços de medidas alternativas, ocorrido por meio do modelo descentralizado de monitoramento psicossocial, se materializou na criação de 16 (dezesesseis) Centrais de Medidas Socialmente Úteis (CEMSU) no Estado do Paraná.

Ao longo de 2021, estabeleceu-se política de continuidade de estruturação das centrais criadas, capacitação dos servidores em práticas restaurativas e acompanhamento das ações desenvolvidas, visando responder as necessidades de ampliação e gerenciamento das centrais instaladas.

Foram instalados o CEMSU em Curitiba, Apucarana, Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Maringá, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa, Toledo, Palmas, União da Vitória, Paraíso do Norte, e estão sendo implantadas em Pinhão e Cianorte.

Para viabilizar o projeto foram realizadas parcerias com o Poder Executivo pelas Secretarias de Estado e municipais, de saúde, segurança pública, justiça, educação, Fundação de Ação Social; com o Terceiro Setor, por meio de instituições que recepcionam pessoas em alternativas penais. Conselho da Comunidade, órgão da execução penal que contribui na recepção de pessoas em alternativas penais.

### Informações adicionais:

<https://bit.ly/3ADPGWJ>

### Os Princípios do Pacto Global relacionados com o projeto:

  
**DIREITOS HUMANOS**

- Respeitar e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência;
- Assegurar a não participação da empresa em violações dos direitos humanos.

### O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionado com o projeto:



### 3 - ROLÊ CÍVICO

O Projeto Rolê Cívico Paranaense implementou o “tour guiado” ao Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa e Palácio Iguazu, sede do Poder Executivo Estadual, estando em sintonia com os princípios básicos positivados no art. 3º, inciso X, da Lei nº 9.394/1996 que preveem a valorização da experiência extraescolar.

O objetivo do projeto é propiciar aos estudantes um contato direto com os órgãos públicos: Judiciário, Legislativo, Executivo e Ministério Público. Visa o aprimoramento da formação dos estudantes, além da difusão de conhecimentos e valores culturais e a melhora da comunicação institucional.

A realização de atividades práticas aprimora e facilita a aprendizagem do aluno, posto que lhe permite a interação com outras pessoas que se dedicam a respectiva área de estudo, assim como o possibilita visualizar com maior desenvoltura como a teoria funciona na prática.

De mais a mais, aos acadêmicos do curso de Direito propicia uma perspectiva real do mundo jurídico, daquilo que é essencial a sua futura vida profissional, além de permitir-lhe o contato e a troca de experiências com profissionais da mesma área e lhe auxiliar na escolha acerca de qual ramo ou carreira exercerá no futuro, seja atuando no Poder Judiciário, no Ministério Público, outro órgão público ou como advogado.

Para a viabilização do projeto foram firmadas parcerias com Assembleia Legislativa e Governo do Estado do Paraná.

Na atual gestão, o TJPR recebeu alunos do Curso de Direito de várias instituições de ensino do Estado do Paraná e Santa Catarina, localizadas em Curitiba, Ponta Grossa, Paranavaí, Cornélio Procopio, Londrina, Pitanga e Rio Negrinho. Foram mais de oitocentos discentes que participaram do Rolê Cívico, obtendo-se um elevado grau de satisfação com a iniciativa desta Corte, conforme demonstrado pelos vários relatos dos alunos e professores.

#### **Informações adicionais:**

<https://bit.ly/30qRMPj>

## O Princípio do Pacto Global relacionado com o projeto:



- Respeitar e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência.

## O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionado com o projeto:





## 4 - USO DE METODOLOGIAS ÁGEIS PARA A PROTOTIPAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL VISANDO A IDENTIFICAÇÃO DE SIMILARIDADE ENTRE DOCUMENTOS

O projeto visa a celeridade processual e a redução de acervo na competência cível e criminal, desempenhando também papel fundamental para a consecução das metas, uma vez que coletará proposições para identificação de demandas repetitivas à procura de soluções e novas diretrizes de melhorias e fortalecimento do Poder Judiciário.

O objetivo do projeto é de identificar se o algoritmo de Automação e Inteligência Artificial realizado pelo sistema Larry, já implementado pela equipe do DTIC, é capaz de auxiliar os diferentes órgãos deste Tribunal a identificarem demandas repetitivas ou de massa, e assim acelerar a resolução de processos, alcançando maior produtividade.

Foram realizados eventos conduzidos dentro da abordagem de Design Sprint com a execução de oficinas e a prototipação na temática de "IA e a Identificação de Demandas Repetitivas".

### Informações adicionais:

<https://bit.ly/3ACcxf>

<https://bit.ly/3XqaVoM>

### O Princípio do Pacto Global relacionado com o projeto:



#### MEIO AMBIENTE

- Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

### O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionado com o projeto:



## 5 - PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA APOSENTADORIA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - PREPARAR

O investimento na preparação para aposentadoria de magistrados e servidores tornou-se essencial, principalmente em virtude das diversas reformas previdenciárias ocorridas desde 1998, que modificaram de forma profunda o direito à aposentadoria, formação de proventos e pensões no regime próprio de previdência.

Auxiliar nessa importante etapa é, ainda, uma obrigação do Poder Público, prevista nos artigos 9º e 28, II, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, também conhecido como Estatuto do Idoso, assim com o a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, Art. 10, inciso IV, c, de 4 de janeiro de 1994) propõe a criação e a manutenção de programas de preparação para a aposentadoria, nos setores público e privado.

A iniciativa está alinhada aos Macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, previstos na Resolução nº 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça, ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 da Organização das Nações Unidas, auxiliando na promoção de saúde e bem-estar, ao Planejamento Estratégico 2021/2026 deste Poder e ao Plano de Gestão 2021/2022, que tem por referência maior a valorização do ser humano.

O objetivo é instituir no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná um programa de preparação para aposentadoria, capaz de orientar e preparar magistrados e servidores para esta nova etapa da vida, assim como firmar diretrizes para o desenvolvimento de ações pré-aposentadoria e pós-aposentadoria.

A aposentadoria é uma fase que traz muitas dúvidas e incertezas, gerando também bastante divergência nas opiniões. Enquanto alguns a consideram uma perda de identidade, outros a caracterizam como uma recompensa por uma vida de trabalho.

É inegável considerar, entretanto, que esse período é um gerador de grande estresse e ansiedade para aqueles que dele se aproximam, já que pode ser considerado uma perda de status social, padrão de vida e readaptação às mudanças.

O programa de preparação para aposentadoria surge, assim, como formas de intervenção, objetivando facilitar a tomada das decisões necessárias ao indivíduo para sua adaptação à nova condição social, facilitando todo o processo, ajudando as pessoas a se prepararem e enfrentarem eventuais frustrações ou percalços na chegada desta nova fase.

O programa nominado como "PREPARAR", sugere um período que antecede (PRÉ) o momento do desligamento por aposentadoria (PARAR), sendo a junção das palavras o real escopo do programa (PREPARAR), qual seja, o de preparar magistrados (as) e servidores(as) para uma nova fase da vida - a transição laboral para outro estilo.

O programa será coordenado pelo Departamento de Gestão de Recursos Humanos em parceria com Centro Médico e Social deste Tribunal.

### **O Princípio do Pacto Global relacionado com o projeto:**



**TRABALHO**

- Estimular práticas que eliminem qualquer tipo de discriminação no emprego.

### **O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionado com o projeto:**



## 6 - USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA MAPEAMENTO DE QUESTÕES PRÉVIAS PARA AUXÍLIO NA CONSTRUÇÃO DE MINUTAS

Essa é uma nova fase do projeto de Inteligência Artificial referente às demandas repetitivas ou de massa, e se propõe a padronizar as decisões baseadas nas associações realizadas

Foram realizadas jornadas com os usuários e entrevista para ser possível, pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, o mapeamento do histórico para treinar algoritmos e estabelecer padrões de minutas,

O objetivo é de construir ferramentas para a criação do que se convencionou chamar de 'questões', que serão usadas pela Inteligência Artificial. Tais questões são, essencialmente, associações de parâmetros de busca textual a sugestões de blocos de texto, além de outros elementos pertinentes.

### O Princípio do Pacto Global relacionado com o projeto:



#### MEIO AMBIENTE

- Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

### O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionado com o projeto:



## 7 - IMPLANTAÇÃO DO BOSQUE DA JUSTIÇA CIDADÃ NOS FÓRUNS DO ESTADO DO PARANÁ

O projeto iniciou com a implantação do Bosque da Justiça Cidadã, foi concebido como proposta a ampliação da iniciativa do Bosque dos Desembargadores e das Desembargadoras para as demais comarcas do Estado, com o objetivo de criar um espaço que promova a valorização dos membros do Poder Judiciário e, ao mesmo tempo, a integração com a sociedade, incentivando a educação ambiental, o contato com o meio ambiente e sua preservação.

O projeto está em harmonia com a Agenda 2030 da ONU que sinaliza os Indicadores para os ODS, e apresenta no ODS nº 15 "Vida Terrestre" a necessidade de proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e o ODS 16 "Paz, Justiça e Instituições Eficazes" que busca promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes.

### Informações adicionais:

<https://bit.ly/3Xtscxo>

<https://bit.ly/3ABjzqu>

<https://bit.ly/3EUe6Of>

### Os Princípios do Pacto Global relacionados com o projeto:



#### MEIO AMBIENTE

- Assumir práticas que adotem uma abordagem preventiva, responsável e proativa para os desafios ambientais;
- Desenvolver iniciativas e práticas para promover e disseminar a responsabilidade socioambiental.

### Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com o projeto:





## 8 - SMART JUSTICE: INTEGRAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL COM AS CIDADES INTELIGENTES

O Projeto Smart Justice (Justiça Inteligente), desenvolvido pelo Ateliê de Inovação do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, é um conceito de atuação institucional que visa incluir objetivamente o Poder Judiciário no desenvolvimento das Cidades Inteligentes, integrando-se ao poder executivo e legislativo municipais e estadual.

Diferentemente da atual participação do Poder Judiciário, mais direcionada ao direito, a ética e conflitos entre poder público e sociedade, o Projeto Smart Justice busca repensar a forma de aproximar e garantir o acesso à justiça, combinando as diretrizes do Poder Judiciário às necessidades locais, catalisando o desenvolvimento social, reduzindo a judicialização e ampliando sua eficiência.

Perfeitamente alinhado as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e ao Plano Estratégico do TJPR 2021-2026, o Projeto Smart Justice representa a evolução da responsabilidade institucional social do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

A inovação em integrar o conceito de Cidades Inteligentes com o judiciário, possibilita que o Projeto Smart Justice potencialize o desenvolvimento social com acesso simplificado e eficiente à justiça através de recursos tecnológicos para acessibilidade, preservação do meio ambiente, mobilidade, governança, qualidade de vida, educação, inclusão, infraestrutura sustentável e segurança.

**O Projeto Smart Justice conta hoje com diversas iniciativas para, em parceria com os demais Poderes Públicos, integrar-se na busca como de seus objetivos, em que se destacam:**

**Totem** – Visa oferecer atendimento ao cidadão que não possui acesso a meios tecnológicos próprios. Pode ser distribuído em locais de fácil acesso ao cidadão, e contará com recursos de impressão e leitura biométrica que possibilite meios de acesso a cidadãos sem documentos. Proporciona acesso prático a histórico processual, bem como serviços de comprovação de presença, atendimento a minorias e vítimas de violência.

**Aplicativo Móvel** – O aplicativo para dispositivos móveis do TJPR está em fase final de desenvolvimento e procura, a partir da linguagem simplificada, permitir

o acesso mais amplo a toda população, especialmente para os cidadãos mais distantes e simples. O aplicativo é elaborado com Arquitetura Modular o que permitirá a melhoria e implantação contínua de novos recursos que poderão ser disponibilizados em etapas. O aplicativo poderá impactar positivamente, o cidadão comum, a representação advocatícia, a magistratura e os servidores judiciários. Em sua versão de lançamento contará com recursos básicos e de informação institucional. Mas sua evolução em novas versões poderá disponibilizar diversos recursos, como a possibilidade de realizar atos processuais e até a realização de audiência virtual.

**Sistema Analytics** - Considerado a evolução do BI (Business Intelligence), utiliza técnicas matemáticas, estatísticas, modelagem preditiva e machine learning com inteligência artificial para encontrar padrões e conhecimentos significativos em dados. Seu conceito, amplamente utilizado nas Smart Cities, é utilizado para automação e gestão de tráfego, medição de recursos, energia e análise de sensores, e tem grande potencial para aplicação no Poder Judiciário.

**TV Justiça do Paraná** - Como ação pela Garantia dos Direitos Fundamentais através do aperfeiçoamento da comunicação com a sociedade, a TV Justiça do Paraná deve nascer como mídia de grande repercussão e disseminação de conteúdo útil a sociedade. Utilizando canais gratuitos e de grande acesso da sociedade como Youtube, a TV Justiça do Paraná deverá ser estruturada em grande parte com a infraestrutura de áudio e vídeo já existente e baixo custo para implantação e operação.

**Produtividade por diferença** - Com o objetivo de inovar a análise de produtividade e capacidade operacional, o projeto se baseia na relação desconstrutiva do paradigma pela diferença com dados operacionais humanos. Através da inteligência artificial e sistemas de análise (Analytics), será possível relacionar diversas bases de informação, como tempo de posse, histórico de licenças, calendário laboral, atividades internas paralelas, tamanho da equipe, histórico de processos na unidade e até condições climáticas regionais que podem ser valoradas, classificadas e determinar a mais precisa estimativa de produtividade para auxílio na gestão.

**Design Documental Judicial / Visual Law** - Visa utilizar técnicas visuais de design e de linguagem acessível para facilitar a comunicação nos documentos jurídicos

e poderá ser aplicado a outros documentos do TJPR. Os atos normativos seguem formalizados no formato institucional conhecido, mas podem ganhar versões com diagramação específica com o propósito de alcançar e se fazer compreender por toda sociedade.

**Coworking** - A partir da necessidade de reinventar a forma de trabalho para garantir a prestação de serviços durante o período pandêmico, foi idealizado pelo Ateliê de Inovação o Coworking de Departamentos do Tribunal de Justiça. A nova estrutura, já aplicada pelos Departamentos competentes, criou uma nova e moderna forma compartilhada de trabalho, em prédio do próprio Poder Judiciário, gerando grande economia e eficiência laboral.

**Pesquisa de Jurisprudência** - Desenvolvimento da Interface com o usuário para a nova Pesquisa de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Realizado em parceria com o DTIC e DGD, e todas as necessidades foram adaptadas aos mais modernos recursos de interface com o usuário para uma experiência profissional e eficiente na pesquisa de Jurisprudência do Tribunal.

#### Os Princípios do Pacto Global relacionados com o projeto:



**DIREITOS HUMANOS**

- Respeitar e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência.



**MEIO AMBIENTE**

- Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

#### Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com o projeto:



## 9 - PRÊMIO ATITUDE INOVADORA

O Prêmio Atitude Inovadora, criado em 2021, tem como finalidade reconhecer, valorizar e divulgar iniciativas e ações internas que contribuem para melhoria dos procedimentos e do cotidiano laboral.

Novos desafios surgem de maneira recorrente demandando novas soluções inovadoras e melhorias constante e conseqüentemente o reconhecimento e o incentivo aos responsáveis pela idealização das iniciativas.

É nesse contexto que foi realizada uma nova edição da premiação, no ano de 2022, estimulando no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e no seu quadro de servidores, uma cultura de inovação e de proposição de ideias e boas práticas com o devido reconhecimento.

Conforme artigo 1º, do DJ nº 337/2022 do TJPR, o "Prêmio Atitude Inovadora - Edição 2022", que tem como objetivo valorizar e destacar os servidores do Poder Judiciário que, empenhados nas melhorias da prestação de serviços, desenvolveram iniciativas que introduziram ou incorporaram mudanças nas atividades do cotidiano laboral, de modo a possibilitar o aumento da qualidade e da eficácia dos serviços prestados pelo Judiciário à sociedade paranaense.

A inscrição das iniciativas na modalidade individual ou em equipe estão baseadas em cinco diretrizes:

I - Valorização do ser humano: ações que envolvam tanto o ambiente organizacional interno quanto o externo e cujo objetivo tenha sido a valorização do ser humano e o desenvolvimento das pessoas, nas mais diversas áreas;

II - Aumento da eficiência: iniciativas que garantam o uso racional dos recursos humanos, materiais e tecnológicos;

III - Uso racional dos recursos: projetos de efetivação do desenvolvimento sustentável e de economia de recursos que assegurem a proteção do meio ambiente, a redução de gastos e a garantia de um futuro melhor para as próximas gerações;

IV - Aproximação entre o Poder Judiciário e a sociedade: adoção de estratégias de transparência e fortalecimento organizacional na garantia do acesso à Justiça e da concretização dos direitos constitucionais fundamentais, inclusive, por meio da cooperação interinstitucional sistêmica e dos programas ou projetos realizados em prol da sociedade.

## O Princípio do Pacto Global relacionado com o projeto:



### MEIO AMBIENTE

- Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

## O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionado com o projeto:





## 10 - ROLÊ AMBIENTAL

O meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, é um direito de todos e incumbe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A educação ambiental é um dos desdobramentos da educação nacional, e, conforme o art. 2º da Lei nº 9.795/1999 (legislação infraconstitucional que dispõe sobre a educação ambiental) deve estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Nessa linha, o Projeto Rolê Ambiental, visa realizar o "tour guiado" as Áreas de Unidade de Conservação do Estado do Paraná (Parques e Bosques) está em sintonia com as diretrizes positivadas no art. 225 da Constituição da República Federativa e no art. 3º, inciso I, da Lei nº 9.795/1999 que prevê que incumbe ao Poder Público definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, ainda, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

O objetivo é de assegurar e aproximar o contato das crianças e dos jovens com o Judiciário e com os órgãos municipais afetos à área ambiental, difundindo conhecimentos sobre as relações entre os seres vivos e o ambiente, e instigar a preocupação destes na preservação do meio ambiente, por intermédio de visitas guiadas nas dependências das Unidades de Conservação do Estado do Paraná.

As principais metas do Rolê Ambiental são:

- Sensibilizar os indivíduos da necessidade de preservação ambiental;
- Disseminar conhecimento acerca da biodiversidade, envolvendo toda a sociedade na conservação do patrimônio natural;
- Propiciar aos indivíduos a possibilidade de conhecerem a área de preservação da água, da flora e fauna com todo seu ecossistema;
- Conscientizar os indivíduos das consequências de poderão acarretar à natureza e ao próprio homem do mau uso do meio ambiente;
- Compreender a importância dos Parques e Bosques Ambientais;
- Auxiliar na divulgação dos espaços públicos do Estado do Paraná, principalmente do Município de Curitiba;
- Realizar um "tour guiado" nas dependências das Unidades de Conservação do Estado do Paraná.

A educação ambiental por meio da realização de atividades práticas em Parques e Bosques Ambientais aprimora e facilita a aprendizagem, porquanto busca formar indivíduos preocupados com os problemas ambientais, auxiliando no desenvolvimento de atitudes sustentáveis e de consciência planetária, auxiliando

demasiadamente na conservação e preservação dos recursos naturais e de sustentabilidade.

Sem dúvida, a forma mais viável e oportuna para que a educação ambiental atinja seus fins é a sua adequação à realidade social que o indivíduo está inserido, de modo a possibilitar que experiências práticas permeiem a sua formação social e, com isso, a aprimore.

Ciente disso, a implementação e execução do projeto em tela, por meio desse "tour" nas Áreas de Unidade de Conservação do Estado do Paraná (Parques e Bosques) propiciarão inúmeros benefícios aos indivíduos, tanto para as crianças e jovens, como para adultos e idosos de diferentes contextos sociais, pois não só lhes darão certa noção da vasta biodiversidade, como também lhes agregarão conhecimentos que estão intimamente ligados com os seus direitos e deveres como cidadãos de preservação ambiental, seja pelo contato com o ambiental natural, cultural ou histórico.

#### **Informações adicionais:**

<https://bit.ly/3Vg2oTi>

<https://bit.ly/3U1pFY9>

#### **Os Princípios do Pacto Global relacionados com o projeto:**



##### **MEIO AMBIENTE**

- Assumir práticas que adotem uma abordagem preventiva, responsável e proativa para os desafios ambientais;
- Desenvolver iniciativas e práticas para promover e disseminar a responsabilidade socioambiental.

#### **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com o projeto:**



## 11 - PAINEL DE BUSINESS INTELLIGENCE – B.I. RELATIVO À LOTAÇÃO DE PESSOAL NAS UNIDADES JUDICIÁRIAS DE 1º GRAU

Foi criado um painel específico no sistema de Business Intelligence representando a lotação paradigma e atual dos servidores, conforme dispõe o Decreto Judiciário nº 761/2017, demonstrando, ainda, a quantidade de estagiários, nos moldes do Decreto Judiciário nº 345/2019 e de servidores cedidos de outros entes públicos. O projeto contou com a participação do Núcleo de Estatística e Monitoramento da Corregedoria-Geral de Justiça, do Departamento de Planejamento, do Departamento de Gestão de Recursos Humanos para apuração e tratamento dos dados, além do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação para suporte técnico.

O Ateliê de Inovação, além de papel de facilitador na construção do projeto, também construiu o layout do painel, para uma melhor visualização do que foi requerido e para a facilitação das atividades.

### O Princípio do Pacto Global relacionado com o projeto:



#### MEIO AMBIENTE

- Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

### O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionado com o projeto:



## 12 - SDJ - TJPR : SISTEMA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS

Encontra-se em andamento, a construção de um sistema denominado de Sistema de Depósito Judicial no qual serão desenvolvidos serviços que se integrem à instituição bancária, trazendo os dados operados por ela, permitindo assim o conhecimento do que tramita diária e mensalmente em relação aos depósitos judiciais, sem prescindir dos controles prestados atualmente pela instituição financeira. Além disso estão previstas automatizações que permitirão a identificação mais segura de depósitos com seus respectivos processos, além da aceleração do pagamento de precatórios.

O objetivo do projeto é de desenvolver o Sistema de Gestão Centralizada de Depósitos à Disposição do Poder Judiciário no âmbito do TJPR visando o maior controle financeiro dos valores de depósitos judiciais, entre outros objetivos específicos

Coube ao Ateliê de Inovação o gerenciamento do projeto. Foram realizadas reuniões com as unidades envolvidas visando detalhar o problema, e construir soluções, utilizando de metodologias inovadoras. Também foram construídos painéis BI visando atender à necessidade de visualização e conferência dos dados de depósito judiciais operacionalizados pela instituição financeira, por parte do Departamento Econômico e Financeiro. Participam da equipe envolvida na construção do projeto representantes do Departamento Econômico Financeiro e do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação.

### O Princípio do Pacto Global relacionado com o projeto:



#### MEIO AMBIENTE

- Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

### O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionado com o projeto:



## 13 - VALORIZAÇÃO DA MAGISTRATURA – OFICINA DE IDEAÇÃO

Estabelecer um Poder Judiciário humanizado, forte e transparente demanda políticas voltadas para o reconhecimento individual, assim como estratégias para agir de forma assertiva a melhorar o desempenho profissional.

Destaca-se, por oportuno, que somente após diagnosticado e estabelecido os pontos a serem tratados é que se poderá estabelecer soluções que impactarão diretamente na satisfação e produtividade de seus integrantes e, por conseguinte, melhor satisfação do público que utiliza os serviços do Poder Judiciário.

O projeto, parte integrante das ações contidas no Programa de Valorização do Magistrado e do Poder Judiciário, visou estabelecer o formato a ser adotado para a escuta da magistratura, que, em linhas gerais, serviram para estabelecer diretrizes e ações voltadas a melhoria dos serviços judiciários e valorização de seus integrantes, além de contribuir para construção de um Poder Judiciário mais forte, transparente e produtivo, reforçando a gestão colaborativa.

Considerando o momento pelo qual passava o mundo em 2021, o evento foi realizado de forma virtual para concretização deste contato da Administração com a magistratura, passando a ser desenvolvido no ano de 2022 de forma presencial, através de oficinas temáticas.

A atividade contou com a abordagem Design Thinking, em cinco etapas, com ênfase na realização inicial de encontros virtuais, no formato de oficina de ideação, utilizando-se, para tanto, as plataformas do Microsoft Teams e Miro.

Visando o melhor aproveitamento dos encontros na oficina virtual, a magistratura foi dividida em dez (10) oficinas, realizadas em dias distintos, de forma a não ultrapassar o número de magistrados compatível com o tipo de evento e metodologia empregada.

As temáticas debatidas nos encontros estavam alinhadas aos Macrodesafios do Poder Judiciário e ao Plano de Gestão para o biênio 2021-2022, no sentido de abranger a capacitação, comunicação, aprimoramento da justiça, desafios e ações voltadas a valorização da magistratura.

Ressalte-se, por oportuno, que por ser um enfoque novo no âmbito deste Tribunal, a idealização das etapas e a realização das oficinas contou com a parceria da CELEPAR (Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná), inclusive para que fosse possível transferência de conhecimento neste tipo de modalidade e abordagem.

No ano de 2022, as oficinas foram realizadas de forma presencial e separada por temáticas de interesse da magistratura, levando em consideração as dificuldades encontradas em suas atividades diárias voltadas a gestão de pessoas ou direção do Fórum.

**Informações adicionais:**

<https://bit.ly/3i3Exbk>

<https://bit.ly/3Vf96cg>

**O Princípio do Pacto Global relacionados com o projeto:**



**MEIO AMBIENTE**

- Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

**O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionado com o projeto:**



## 14 - ROLÊ CULTURAL

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em parceria com instituições voltadas à arte e cultura, proporciona algumas atividades culturais, tendo como público crianças e adolescentes abrigados em unidades de acolhimento institucional.

O acesso as crianças e adolescentes abrigados pelo Tribunal de Justiça somada as parcerias institucionais permitem a realização de programas culturais visando a integração e participação social das crianças e adolescentes.

Com a parceria é possível realizar visitas guiadas em museus, participação em oficinas e atividades de artes oferecidas por profissionais atuante nesses espaços e, desenvolvida especialmente para este público.

São realizadas visitas guiadas aos diversos espaços culturais da Cidade de Curitiba, como forma de prevenção à criminalidade, pacificação social, fomento à autonomia pessoal e melhora da qualidade de vida. Com isto, visa-se o aprimoramento da formação do público alvo, além da difusão das informações e valores culturais, a melhora da comunicação institucional e a facilitação do acesso à cultura.

O Rolê promove a inclusão e acesso das crianças e adolescentes abrigados em unidades de acolhimento institucional em locais que possam ter contato com diversos tipos de artes, além de despertar a curiosidade artística e ajudar a desenvolver as habilidades através das oficinas oferecidas, bem como identificar as crianças e adolescentes que possuem talento e gosto para artes, intensificando a participação nos eventos realizados dentro do projeto;

### O Princípio do Pacto Global relacionados com o projeto:



#### MEIO AMBIENTE

- Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

### O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionado com o projeto:





## 15 - PESQUISA - AÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

A ação do Ateliê e do Observatório de Direitos Humanos consiste na realização de uma parceria entre órgãos do TJPR e a PUCPR, visando aprofundar a pesquisa-ação nas Escolas Públicas, ofertar orientação em gestão pacífica de conflitos e promover a cidadania por meio de apresentação de métodos alternativos para solução de conflitos nas escolas, por meio, principalmente, da prevenção.

O objetivo é de criar nos ambientes escolares, espaços em que, através do protagonismo do estudante, todos os atores envolvidos no meio colegial, desenvolvam ferramentas teórico metodológicas (diálogos restaurativos) adequadas à gestão pacífica de conflitos.

### Informações adicionais:

<https://bit.ly/3ACYZ9i>

<https://bit.ly/3UZrTIV>

### O Princípio do Pacto Global relacionado com o projeto:



- Respeitar e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência.

### Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com o projeto:



## 16 - AÇÕES SOBRE A POLÍTICA NACIONAL JUDICIAL DE ATENÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

O Ateliê de Inovação e o Observatório de Direitos Humanos atuaram para renovação da assinatura do Termo de Cooperação para a Atenção à Pessoa em Situação de Rua GT-PSR, entre o TJPR, o Ministério Público e a Defensoria Pública. Trata-se de termo de cooperação, tendo por finalidade desenvolver, no âmbito do Estado do Paraná, ações de mobilização, articulação, capacitação e integração de esforços entre a sociedade civil, iniciativa privada, instituições e órgãos públicos para a promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais da população em situação de rua.

O objetivo é de executar a Res. 425/21 do CNJ, sobre a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades.

### Informações adicionais:

<https://bit.ly/3V0Waa9>

### Os Princípios do Pacto Global relacionados com o projeto:



**DIREITOS HUMANOS**

- Respeitar e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência;
- Assegurar a não participação da empresa em violações dos direitos humanos.

### Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com o projeto:



## 17 - PROJETO PARANÁ EM AÇÃO

O Ateliê de Inovação e Observatório de Direitos Humanos participaram das ações itinerantes promovidas pelo Projeto Paraná em Ação, a convite da Secretaria de Justiça, Família e Trabalho, com envio de equipe para projeto "Justiça Itinerante", tendo como objetivo oferecer serviços que promovam a cidadania e inclusão social da população paranaense.

Como são ações itinerantes, os Juízes Diretores dos Fóruns de cada foro descentralizado ou comarca que situam as ações participam do projeto, e destacam equipe para colaborar nas Feiras da Cidadania. O TJPR participa nas feiras realizando atendimentos acerca de processos já ajuizados, bem como orientações a respeito da documentação necessária para a propositura de eventuais novas ações e informações sobre os serviços oferecidos pelo Tribunal nas mais diversas esferas de atuação.

As Comarcas abrangidas que já receberam as feiras: Loanda, Cambará, Paulo Frontin, Santo Antônio da Platina, Medianeira, Antonina, Pontal do Paraná, Ivaiporã, Tapejara, Nova Laranjeiras, Prudentópolis, Balsa Nova, Rio Branco do Sul, Paranaguá, Goioerê, Rio Negro, Cascavel, Apucarana, Almirante Tamandaré.

### Informações adicionais:

<https://bit.ly/3Vml0kr>

<https://bit.ly/30sEG3X>

### Os Princípios do Pacto Global relacionados com o projeto:



#### DIREITOS HUMANOS

- Respeitar e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência;
- Assegurar a não participação da empresa em violações dos direitos humanos.

### O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionado com o projeto:



## 18 - USO DE METODOLOGIAS ÁGEIS EM PARCERIA COM CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS

O Ateliê de Inovação e Observatório de Direitos Humanos realizou ação em parceria com a Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná, para desenvolvimento de atividades conjuntas na área de inovação, visando uma melhor interação entre a academia e o Poder Judiciário, através de ações coletivas de ensino. O objetivo do projeto foi de desenvolver parceria do Ateliê de Inovação para a realização de algumas atividades da Clínica de Direitos Humanos, auxiliando na construção das propostas de trabalhos de curso, através de metodologias ágeis.

### Informações adicionais:

<https://bit.ly/3AEe22m>

### Os Princípios do Pacto Global relacionados com o projeto:



#### DIREITOS HUMANOS

- Respeitar e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência;
- Assegurar a não participação da empresa em violações dos direitos humanos.

### Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com o projeto:



## 19 - MESA DE DIÁLOGO PARA CONSTRUÇÃO DE SOLUÇÕES

O Observatório de Direitos Humanos e o Ateliê de Inovação realizaram mesa de diálogo, em parceria com Prefeitura Municipal de Curitiba e Ministério Público, para buscar soluções pelos problemas ocasionados em face do fechamento da Casa de Passagem Indígena. A finalidade foi de analisar e buscar alternativas para a situação de vulnerabilidade em que se encontrava a população indígena em face do fechamento da Casa de Passagem Indígena, equipamento municipal de Curitiba.

O acordo aconteceu alguns dias depois, conforme informado pela Fundação de Ação Social que disponibilizou um imóvel, para acolhimento emergencial, temporário e de autogestão de até 200 (duzentas) pessoas indígenas que se encontram na capital. A mediação da equipe do Observatório se mantém em contato com a equipe da FAS - Prefeitura de Curitiba e com o Ministério Público.

### Informações adicionais:

<https://bit.ly/3guKiye>

### O Princípio do Pacto Global relacionado com o projeto:



Respeitar e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência.

### Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com o projeto:



## 20 - PROJETO DE ATENÇÃO ÀS VÍTIMAS - JECRIM

A Lei nº 9.099/95 inseriu no sistema de justiça criminal comum a possibilidade de coexistência entre de sistema tradicional com um novo modelo de justiça consensual, através dos Juizados Especiais Criminais. Buscando uma solução mais rápida para o caso penal, tendo por objetivo também uma participação mais efetiva da vítima na resolução dos conflitos, trouxe novas medidas, dentre as quais a composição civil, transação penal e suspensão condicional do processo. Com a composição civil nos processos de competência dos Juizados Especiais Criminais, a vítima começou a ocupar um lugar de destaque na solução de seus conflitos, pois deixou-se de lado a concepção de pena, propiciando o acordo entre as partes envolvidas no litígio. A reparação dos danos possibilitou atender de um lado as possíveis pretensões de dano material e moral da vítima, de outro lado um espaço de fala que se criou para a vítima, que foi de grande inovação.

O objetivo é de implementar um espaço para acolhimento e escuta da vítima no âmbito dos casos de competência dos Juizados Especiais Criminais, em caráter piloto, por meio da participação do Observatório de Direitos Humanos e da Central de Medidas Socialmente Úteis - CEMSU, com a finalidade de que a vítima possa ser assistida em um espaço fundado a partir das premissas dos direitos humanos.

A execução do projeto em caráter piloto permitiu que as equipes organizem o melhor fluxo de trabalho, analisem a suficiência dos convênios firmados e a confecção dos instrumentais de trabalho em tempo suficiente antes de ser replicado.

### Os Princípios do Pacto Global relacionados com o projeto:



#### DIREITOS HUMANOS

- Respeitar e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência;
- Assegurar a não participação da empresa em violações dos direitos humanos.

### Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com o projeto:



## 21 - PROJETO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O projeto resultante de uma parceria da Central de Medidas Socialmente Úteis, do Ateliê de Inovação e do Observatório de Direitos Humanos consiste na realização de eventos para os Operadores de Segurança Pública.

O primeiro evento reuniu no TJPR estudantes do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) da Polícia Militar do Paraná (PMPR) para o ciclo de palestras "Reflexões da prisão em flagrante à audiência de custódia". O objetivo visa unir o Judiciário à Segurança Pública em um constante diálogo a respeito da atuação integrada das duas instituições, em especial a audiência de custódia. A ação traz os princípios da capacitação continuada e da gestão colaborativa, pilares da administração da Corte paranaense.

O projeto abrangeu ações voltadas às Guardas Municipais dos municípios do Estado com a intenção de capacitar os operadores de segurança pública do Estado do Paraná nos preceitos da Educação em Direitos Humanos Polícia Militar do Estado do Paraná Ministério Público do Paraná.

### Informações adicionais:

<https://bit.ly/3tPhFyM>

### Os Princípios do Pacto Global relacionados com o projeto:



**DIREITOS  
HUMANOS**

- Respeitar e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência;
- Assegurar a não participação da empresa em violações dos direitos humanos.

### Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com o projeto:





## 22 - PROSER ITINERANTE PROMOVE ATENDIMENTO MÉDICO E PSICOSSOCIAL EM MARINGÁ

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), por meio do Ateliê de Inovação e do Centro de Assistência Médica e Social (CAMS), promoveu o evento Proser Itinerante no Foro Central da Comarca de Maringá, ação voltada para a promoção da saúde e bem-estar de magistrados, magistradas, servidores, servidoras, estagiários e estagiárias.

O objetivo da iniciativa foi de replicar, nas comarcas do interior, as campanhas de saúde desenvolvidas pelo CAMS em Curitiba, contando com avaliações médicas, atendimentos psicológicos, orientações sociais, além de palestras sobre doenças laborais e acessibilidade no Tribunal de Justiça.

Investir em ações e campanhas de saúde ajuda a diminuir afastamentos por questões que podem ser prevenidas ou evitadas, além de manter o ambiente de trabalho saudável e mais produtivo. Proser Itinerante deve ser visto como uma importante ação voltada a conhecer melhor a realidade existente nas diversas comarcas do estado, com vistas a auxiliar a Administração a definir diretrizes de gestão de recursos humanos adequadas.

### Informações adicionais:

<https://bit.ly/3AF98LY>

### Os Princípios do Pacto Global relacionados com o projeto:



Respeitar e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência.

### Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados com o projeto:







Palácio da Justiça  
Edifício Anexo/Térreo  
Praça N. S. de Salette, s/nº  
Centro Cívico - Curitiba/PR

[ateliedeinovacao.tjpr.jus.br](http://ateliedeinovacao.tjpr.jus.br)

[ateliem@tjpr.jus.br](mailto:ateliem@tjpr.jus.br)



**Ateliê de  
Inovação**

